

## AS EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOBRE A SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES NEGRAS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFBA

Vanessa de Santana Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** A temática sobre *as expressões das desigualdades de gênero, raça e classes* é resultado da pesquisa de campo realizada no trabalho de dissertação, *Adesão e Trajetória das Estudantes Negras do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA*. Assim, o artigo propõe a discussão sobre saúde mental das discentes negras evidenciando as situações relacionadas à discriminação de gênero, raça e classe.

**Palavras-chave:** Saúde Mental, Raça e Classes, Estudantes Negras.

**Abstract:** The theme, the expressions of inequalities of gender, race and class is the result of the field research carried out in the dissertation, *Adherence and Trajectory of the Black Students of the Social Service course of the Federal University of Bahia - UFBA*. Thus, the article proposes the discussion on mental health in regards to the discrimination of gender, race and class experienced by the students interviewed.

**Keywords:** Mental Health, Race and Class, Black Women Students.

---

<sup>1</sup> Assistente Social e pesquisadora em Serviço Social, gênero, classe e raça. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos - PPGNEIM/UFBA.

## Introdução

A discussão sobre as expressões das desigualdades de gênero, raça e classe, a ser apresentada neste artigo, tem a finalidade de compreender como a vida acadêmica, as relações de raça e a classe repercutem sobre a saúde mental das estudantes. Este assunto surgiu durante as entrevistas de campo para a realização do trabalho de dissertação de mestrado sobre *Adesão e Trajetória das Discentes Negras do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA*, defendida no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM/UFBA (SANTOS, 2019). O objetivo da dissertação foi investigar o processo de entrada e permanência na universidade e como é ser uma mulher negra no espaço acadêmico.

Sobre a metodologia, trata-se de pesquisa descritiva, quanto ao procedimento utilizado, classifica-se como de campo, isto é, o aprofundamento de uma realidade específica por meio da observação direta das atividades do grupo estudado projetando a problematização deste trabalho por meio do roteiro de entrevista (GIL, 2008). Os procedimentos usados consistiram em revisão bibliográfica com levantamento de produções acadêmicas sobre formação da sociedade brasileira, questões de gênero, raça/etnia, classe, mulher negra no espaço acadêmico e feminismo. Seguiu-se uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas e observações no campo.

Para a coleta de dados foi adotado um roteiro de entrevista. As 30 perguntas (sendo 28 alternativas e 2 abertas) foram desenvolvidas com o objetivo de obter respostas a respeito das características e das experiências do público investigado, sendo elaboradas com base nos levantamentos bibliográficos (GIL, 2008), assim como nas informações percebidas por meio da observação. Elemento esse fundamental para a pesquisa, desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta,

análise e interpretação dos dados a observação desempenhou papel imprescindível no processo (GIL, 2008). Já o método para seleção das entrevistadas foi a escolha de 13 (treze) estudantes negras do curso de Serviço Social da UFBA que concordassem em compartilhar suas experiências e anseios para o desenvolvimento do trabalho.

Sobre o presente artigo, a finalidade é problematizar as relações raciais, de gênero e de classe e seus impactos na saúde mental do público investigado (estudantes negras do curso de Serviço Social da UFBA). Para sustentar esse diálogo, serão trazidos os relatos das entrevistadas que mais expressaram os impactos das relações de raça/racismo, gênero e classe em sua saúde mental junto ao diálogo com textos de autoras/es estudiosas/os sobre o assunto.

## Narrativas Marcadas Pelas Esferas De Opressão: As Expressões Das Desigualdades De Gênero, Raça E Classe

O imaginário da população negra é marcado pela historicidade, retratos de outrora que ainda hoje delimitam as estruturas e relações sociais, a discriminação e o racismo. Tudo isso, em meio ao ideal de um país livre de preconceitos e dono de uma “democracia racial” “digna de ser copiada”. Pensamento esse sustentado como método de neutralização de todas as problemáticas sociais que são alicerçadas pelo racismo e a desigualdade, de sorte que os flagelos da questão social e racial são empurrados como responsabilidade individual de cada sujeito, promovendo a naturalização dessas relações e, assim, fortalecendo a manutenção desse estado social. O racismo traz consigo múltiplas violências e impacta a saúde mental dos que estão inseridos nesse processo, ao passo que o entrecruzar das esferas de opressão ampliam o sofrimento. Seguindo a problematização da visibilização do sofrimento psíquico, portanto, há que considerar as construções sociais de hierarquia de raça e relações de gênero (RAMOS e GONZALES, 2017).

Muitos acreditam que a saúde mental está relacionada à “doença mental”, todavia, a saúde mental de uma pessoa está vinculada à forma como ela reage às exigências da vida e ao modo como seus desejos, ambições, ideias e emoções são conduzidos. Devido a isso, as problematizações sociais a serem discutidas neste artigo servem para propor a reflexão sobre como a saúde mental das estudantes entrevistadas reage meio ao racismo, às questões de classe social e a outras esferas de opressão que se manifestem.

Devido à herança histórica de uma sociedade sustentada pelos resquícios do colonialismo, exploração e expropriação de um povo, as mulheres negras ainda hoje experienciam de forma bem particular as relações sociais. No Brasil e na América Latina, como um todo, esses princípios estruturantes da sociedade - gênero, classe, raça/etnia e colonialismo - interpelam o cotidiano dessas mulheres, impactando em sua saúde mental e no sofrimento psíquico. Pois, o que poderia ser considerado como

[...] história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça, instituídas no período da escravidão (CARNEIRO, p.1, 2011).

Analisar essas relações na perspectiva da interseccionalidade<sup>2</sup> nos permite pensar, por exemplo: como é viver em uma sociedade racista, machista e classista sendo mulher, negra e pobre e discriminada por isso. Ou sendo mulher, negra e

---

<sup>2</sup> A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências, estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as possíveis relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, K. p.175, 2002).

acadêmica em um espaço educacional a elas negado socialmente por muitos anos.

Por isso, para o desenvolvimento deste artigo foram escolhidos relatos de quatro das treze estudantes entrevistadas para a referida dissertação de mestrado, aqui identificadas como: Gasira, Latifa, Johari e Tisha. Nos seus depoimentos, foi possível reconhecer vivências impactadas pelo racismo, opressões de gênero e classe. Os depoimentos serão apresentados com os nomes fictícios acima, escolhidos para preservar a identidade das participantes.

O discurso mais presente na fala das treze estudantes entrevistadas é “*o quanto é difícil estudar em uma universidade pública, quando se é pobre*” (Gasira). Mesmo com a integração do sistema de cotas e a maior adesão de estudantes negras/os na universidade, a permanência ainda é algo para ser mais discutido.

Mesmo com a existência de políticas de assistência estudantil e de permanência, muitas alunas não são contempladas por essas ações. E entre as falas ouvidas, o relato dito é “*(...) a impressão que dá a você que é estudante e que precisa da bolsa e do auxílio é que eles fazem de tudo para você não conseguir, é a impressão que dá*” (Latifa).

Por certo, diante do retrato social atual de desigualdade entre homens e mulheres negros/as, deve-se pensar não em apenas integrar essas/es estudantes na universidade, mas em mantê-las/os nesse espaço através das políticas estudantis de permanência e assistência. Todavia, reitero que o cenário político e o investimento do governo na educação pública federal têm um impacto direto na efetivação dessas ações.

As implicações da vida acadêmica sobre a saúde mental das estudantes se manifestam de diferentes formas. Por exemplo, doze das treze estudantes entrevistadas afirmam que a questão de classe é tão acentuada quanto o quesito raça, sendo até mais expressiva do que o fator racial. A classe aparece como um elemento importante em pesquisas realizadas com pessoas negras, pois com a recusa social em admitir raça como um

mecanismo gerador de desigualdades, as desigualdades raciais e o racismo no Brasil são entendidos como um reflexo da estrutura de classes. Ou seja, “essa visão tem sido responsável por uma banalização das desigualdades entre brancos e negros, dificultando a emergência de um posicionamento crítico face às relações raciais no país (...)” (QUEIROZ, Delcele, p. 73, 2004).

A presença do maior arcabouço sobre o debate de classe trazido pelas estudantes tem sua possível explicação sustentada pelo próprio debate desenvolvido pelo curso de Serviço Social da UFBA, que tem os estudos sustentados pela discussão marxista e nas estruturas de classe/classe trabalhadora. Sendo assim, é muito mais perceptível aos olhos das estudantes analisar seu lugar de classe trabalhadora do que o de raça. Tendo em vista que é difícil falar sobre raça em um país cuja história e a ancestralidade de um povo foi silenciada. E a existência do mito de uma “democracia racial” é estabelecida através do lema de uma cultura miscigenada/misturada. Tal como observa Maria Nilza da Silva (2000, p.99-100):

Essa pseudocaracterística do povo brasileiro foi muito defendida por intelectuais brasileiros, como Freyre (1963), Pierson (1945), Azevedo (1955,1966) contribuindo para que os estudos de relações raciais fossem fundamentados apenas na presença dos grupos de cor, excluindo teoricamente a questão racial, com a negação da existência do racismo no Brasil e a afirmação somente da existência de grupos de cor.

Assim, problematizar raça em meio ao silenciamento e invisibilidade dada à questão não é uma tarefa fácil. Nascer negra/o não é o suficiente para entender sobre raça e racismo, uma vez que a nossa história não é realmente contada. Inclusive, doze entrevistadas, com a exceção de Gasira, que já possui uma trajetória de militância que antecede a adesão ao curso de Serviço Social, mencionaram ter adquirido mais propriedade sobre a discussão de raça e identidade racial ao entrarem na universidade. E com o decorrer dos

semestres, os acúmulos do conhecimento corroboraram para sua construção identitária enquanto mulheres negras e da intersecção de seus marcadores sociais, sejam eles de classe, raça/etnia, sexualidade, regionalidade dentre outros. Relatos como esses mostram a importância de fomentar e sustentar o debate trazido pelos estudos feministas/feminismo negro.

A limitada discussão sobre raça deslegitima o reconhecimento identitário da população negra e dos impactos dessa questão à saúde mental. Isso pode justificar o aparecimento dos seguintes dados na pesquisa: três das treze estudantes entrevistadas, que cursavam entre o 1º e 3º semestre, disseram não sentir os reflexos do racismo mesmo narrando situações marcadas pela discriminação racial. Já as dez estudantes situadas entre o 6º e 8º semestre relataram ter alcançado o reconhecimento de gênero, raça e classe, principalmente, o reconhecimento identitário após a entrada na universidade e com o decorrer dos semestres por meio do acesso ao debate de gênero, raça/etnia, classe e suas interseccionalidades, presentes em uma ou duas disciplinas do Serviço Social, porém com maior predominância nas optativas disponibilizadas pelo Bacharelado de Gênero e Diversidades – UFBA.

O curso de Serviço Social da UFBA é majoritariamente marcado por mulheres negras. Essa afirmação parte das minhas observações ainda enquanto estudante de Serviço Social da UFBA entre os anos de 2012/2016 (período em que esse dado já era perceptível) e as observações realizadas na pesquisa de campo para a dissertação de mestrado. No entanto, ainda não foi elaborado na universidade um dado estatístico que possa reforçar esses resultados e considerações.

Mesmo o curso apresentando essa realidade, o debate sobre princípios estruturantes da sociedade interpelados gênero, raça/etnia e classe não são bem aprofundados na graduação de Serviço Social. Tornando-se, assim, um elemento bastante contestado, como na fala de Johari: “ (...) então, assim eu tenho uma queixa para o curso de Serviço Social, porque é um curso que



*fala sobre transversalizar os assuntos de gênero e raça nas disciplinas, e não faz isso, e tudo fica muito resumido em uma única disciplina. (...) logo, é uma coisa que falta no curso de Serviço Social”.*

Sendo assim, de acordo com Silva (2000, p. 102),

reconhecer as desigualdades existentes no Brasil consiste justamente em defender a importância do estudo da questão racial e do conceito de raça. Enquanto este não for enfrentado por cientistas e pelos próprios negros numa forma de autoidentificação não será possível extirpar as desigualdades tão antigas no cenário nacional, especialmente mediante o seu processo de naturalização.

Esse debate é de grande valor para a construção das identidades, o fortalecimento e posicionamento crítico das populações oprimidas e para a resistência desses povos, falar sobre a questão racial é desnaturalizar essas relações problemáticas que adoecem a sociedade rompendo com as barreiras do silêncio sobre esse assunto. Pois, não falar sobre a questão racial é mais um sintoma do racismo, considerando que a universidade ainda hoje é um espaço de dolorosa permanência. Ser uma mulher em uma sociedade machista, racista, classista e sexista é árduo. Mas, ser mulher negra e intelectual em uma sociedade com esse modelo é mais difícil ainda. Pois,

enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo, negros, brancos e nós todos juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma práxis de conscientização da questão da discriminação racial neste país, vai ser muito difícil o Brasil chegar ao ponto de efetivamente ser uma democracia racial (GONZALEZ, 2000, p.1).

Na graduação de Serviço Social da UFBA, todas as disciplinas obrigatórias são disponibilizadas no período da tarde, impossibilitando as (os) estudantes de trabalharem, restringindo-os/as apenas ao estágio remunerado (quando conseguem) e a participação de grupos de pesquisa e extensão com bolsas de

estudo, como suas únicas atividades de subsistência viáveis. Esses elementos dificultam a permanência dessas estudantes tornando a universidade, ainda hoje, um lugar restrito a pessoas de determinada classe econômica e social. Concomitante a isso, situações vivenciadas, tais como: o conflito entre as múltiplas tarefas (vida pessoal e acadêmica); as rotinas duplas (universidade e trabalho); e o fato do campus que acomoda o curso de Serviço Social ser o mais distante, pouco acessível e deserto de toda a UFBA, provoca a sensação de isolamento e insegurança, atingindo assim a saúde mental e psíquica das estudantes. O desgaste físico e mental, proveniente da condição de classe econômica impacta na formação acadêmica e na maneira como as discentes vivenciam a universidade. influenciando no seu rendimento, no acúmulo do conhecimento e na produtividade dentro e fora de aula. A cobrança pela formação, os anos seguidos na universidade, o desejo da mudança de vida através dos estudos, tudo isso constitui uma intensa pressão psicológica e social sobre as estudantes.

Quando o racismo é somado a essas adversidades, a permanência no espaço acadêmico torna-se ainda mais adoecedor. E para falar sobre isso, apresento a narrativa da primeira entrevistada para a pesquisa de dissertação de mestrado (SANTOS, 2019). Em seus relatos foram trazidas vivências na universidade tocadas pelo racismo.

*Gasira diz:*

*“(...) Eu já fazia outra graduação, eu trabalhava também, meu acúmulo de vida não foi fácil estar na universidade ainda não é fácil, mesmo o serviço social que é um curso dito como curso progressista e que tem o seu corpo de docentes um pouco mais compreensivo e um pouco mais aberto. Eu ainda encontro dificuldade para falar sobre determinados assuntos na sala de aula, já sofri episódios de racismo dentro da universidade diversas vezes, por parte de outros alunos, transitando em outros campus como no de Ondina. Com o professor, a disciplina X e ele colocou de uma forma bem racista a questão da democracia racial e*

*quando eu fui enfrenta-lo ele me rebateu, eu não me lembro exatamente quais foram as palavras que ele utilizou, mas ele deu a entender que os episódios de violência sexual que aconteceram entre os portugueses com as escravizadas eram permissivos e que o processo de democracia racial foi um processo permissível. E a gente sabe que não foi, foi um processo todo montado não só com estupro com relação às escravizadas, mas também as mulheres indígenas”.*

A narrativa de *Gasira* lembra o debate sobre mulher negra, miscigenação e “romantização do estupro” desenvolvido por autoras como Angela Davis e Sueli Carneiro. No texto de Sueli Carneiro (2011) “Enegrecer o Feminismo: A situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero, com base nos reflexos do autor Gilliam, é dito: “O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance” (CARNEIRO, 2016, p.1).

Em Angela Davis, na parte 1 do livro *Mulher, Raça e Classe*, é desenvolvida uma crítica ao autor Genovese em um trecho de *A terra prometida* dedicado ao sexo inter-racial, em que o autor defendendo que

“Muitos homens brancos, que começaram a se relacionar com uma jovem escrava em uma atitude de exploração sexual acabaram se apaixonando por ela e pelas crianças que ela teve”. Então, “o aspecto trágico da miscigenação”, portanto, “não reside em sua desintegração em luxúria e exploração sexual, mas na terrível pressão para negar o prazer, o afeto e o amor que muitas vezes surgiam a partir da vulgaridade inicial” (DAVIS, 2016, p.37).

O conflito com o professor durante a aula causou-lhe diversas sensações. Começando pela retaliação por ser aluna (relações de poder), partindo para sua condição de gênero e raça, enquanto mulher negra.

No segundo relato, *Tisha* diz:

*“Então, houve esse confronto, ele não aceitava minha argumentação, ele tentou me colocar no meu lugar de aluna e negra de uma forma pejorativa e eu acabei desistindo da disciplina porque eu vi que minha saúde mental ia se comprometer com aquelas disciplinas. Eu desisti, abandonei uma disciplina obrigatória e eu tive outra disciplina com ele que eu precisei abandonar, não consegui levar, só vou conseguir suprir essa disciplina no final do curso e isso já atrapalha a minha estadia na universidade na verdade. Faz com que prolongue, porque eu tenho que me esquivar do professor que é racista e está ali no lugar dele de poder e que eu não posso fazer nada, porque é muito mais fácil para a universidade e muito mais conveniente que eu me esquive desse professor do que fazer com ele que está sendo racista com várias alunas saia do corpo de docentes ou pelo menos que vá dar aula em outro curso”.*

Através da escuta qualificada, ferramenta de atuação profissional do assistente social (TONIOLO, 2008), pude perceber durante e fora da entrevista gravada, os anseios de *Tisha*, na fala e no semblante. A problemática racial é uma questão que impacta em sua saúde mental de muitos modos. A leitura estereotipada sustentada pelo racismo repercute em todos os aspectos de sua vida, seja na esfera acadêmica ou pessoal.

A saúde mental de uma mulher negra comprometida com o enfrentamento da questão racial e as diversas expressões do racismo, mesmo sendo amparada pela força do desejo de luta, encontra-se flagelada. As narrativas acima apresentadas, certificam o sofrimento nessas relações. Segundo Carneiro (2011, p.3), “o racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular (...)”. Fazendo com que, a sensação de não pertencimento a espaço que por muito tempo foram refutados a nós negros, seja mais uma expressão das retaliações do racismo e uma tentativa de abalar a nossa saúde mental através do sentimento de exclusão social e discriminação.

Essa sensação, junto ao desejo de isolamento, foi um ponto trazidos nos relatos de *Gasira*:

*“(...) Então, eu ainda sinto que aqui não é o meu lugar eu me sinto uma estranha, uma intrusa nesse ambiente, eu ainda sinto que falar sobre racismo e machismo na perspectiva da mulher negra dentro da universidade é um assunto incomodo é um assunto que muitos professores vem como problemático. É algo que incomoda (...)”.*

Por todo esse processo, falar sobre racismo é uma tarefa difícil, especialmente, para nós, pessoas negras. O distanciamento dado ao debate racial é persistente no Brasil e a resistência em aceitar que o racismo existe está incutido em todos os segmentos sociais, inclusive, é o alicerce da desigualdade permanente neste país e vem do desejo de nos convencer da existência de uma convivência supostamente “pacífica” entre brancos e negros e uma democracia racial que concede chances a todos, baseando-se na suposta inexistência de raças no Brasil (SILVA, 2000).

Conforme Silva (2000), a principal justificativa para essa dificuldade em reconhecer o sistema de desigualdades baseado na questão racial, está na inexistência de uma legislação antirracista. Assim, a culpa pela existência do preconceito e da discriminação racial é atribuída em nível individual ao próprio negro por ocupar uma posição inferiorizada na sociedade. A autora também menciona que, não existe uma discussão sobre as desigualdades estruturais estabelecidas na educação, saúde, trabalho, renda que compõem o cenário nacional, havendo uma naturalização da situação:

Essa naturalização das desigualdades que faz parte da teoria de muitos cientistas é também assimilada pela população e, talvez em alguns casos, pelos próprios negros que não têm possibilidade de visualizar objetivamente o contexto no qual estão inseridos. Ao nosso ver esse foi o principal problema, pois é manifesta a ausência da discussão racial ao longo de muitos anos no cenário científico no Brasil.

Somente a partir da década de 50, com os estudos patrocinados pela UNESCO, a venda dos olhos começa a cair e o Brasil passa a demonstrar semelhanças com os Estados Unidos no referente à questão racial e ao processo de exclusão do negro (SILVA, 2000, p. 103).

Logo, faz-se importante o levantamento desse debate para o rompimento de alguns ideais consolidados meio a questão racial e ao silenciamento dado a seus reflexos. Quando foi mencionada a complexidade em falar sobre racismo no Brasil, essa afirmação parte do mistério dado a esse assunto. Os relatos e as problematizações desenvolvidas ainda são concebidos como senso comum e pouco encaradas como um cerne da questão social e racial brasileira. Essa resistência ao debate, proporciona também a produção limitada de estudos sobre racismo e saúde mental e o enfrentamento desses dilemas.

É, portanto, de suma relevância fomentar e consolidar ainda mais o rompimento dessas questões através da crítica, questionamento e investigação, enfrentando essas relações como algo real, inclusive, o primeiro passo para isso é o reconhecimento das desigualdades sociais alicerçadas por um racismo que é histórico. Analisando as populações de todos os estratos sociais, e investigando o acesso da população negra a direitos ditos como básicos de todo cidadão brasileiro (educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, seguridade e previdência social e etc).

Associar estas práticas e reflexões à pauta da saúde mental, isso significa dar visibilidade a uma realidade que articula não apenas sofrimento, mas a construção de saídas por meio do ativismo e da luta por uma sociedade mais justa com suas pluralidades e comprometida com a dissolução dos problemas sociais, raciais/étnicos e de classe, criando condições de um trabalho em rede que convoque coletivos que possam estabelecer a acolhida deste grupo de mulheres discriminadas por raça e gênero.



## Referências

ALMEIDA, Tânia Maria Campos. Violências contra mulheres nos espaços universitários. Em: STEVENS, Cristina Stevens; OLIVEIRA, Susane; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane (orgs.) *Mulheres e violências: interseccionalidades / Organização*,-- Brasília, DF : Technopolitik, 2017 (E-book) Disponível em: <[https://docs.wixstatic.com/ugd/2ee9da\\_7655fb848516489fa7634659ebf497f2.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/2ee9da_7655fb848516489fa7634659ebf497f2.pdf)>.

BISPO, S. S. Organização de mulheres negras em Salvador: articulando uma política de posicionamento. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/analisis/1278190174\\_ARQUIVO\\_ARTIGOF.GENERO2010.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/analisis/1278190174_ARQUIVO_ARTIGOF.GENERO2010.pdf)> Acesso em: 12/01/17.

BRITO, A. E. C. e GOMES, E. M. O ENTRE LUGAR: trajetória de vida e memória no processo de formação profissional de mulheres negras. *Revista Feminismos*, Vol.3, N.2 e 3, Maio - Dez. 2015 • [www.feminismos.neim.ufba.br](http://www.feminismos.neim.ufba.br).

CAMPOS, Ioneide; ZANELLO, Valeska. Sofrimento psíquico, gênero e violência: narrativas de mulheres atendidas em um Centro de Atenção Psicossocial). In: STEVENS, Cristina Stevens; OLIVEIRA, Susane; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane (orgs.) *Mulheres e violências: interseccionalidades / Organização*,-- Brasília, DF : Technopolitik, 2017 (E-book) Disponível em: <[https://docs.wixstatic.com/ugd/2ee9da\\_7655fb848516489fa7634659ebf497f2.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/2ee9da_7655fb848516489fa7634659ebf497f2.pdf)>.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 19/08/2018.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*. v.5, n.2 p.9-35. 1º Sem 2005. Disponível em:

<<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-115122costa.pdf>>. Acesso em: 17/09/2016.

CRENSHAW, Kimberle. DOCUMENTO PARA O ENCONTRO DE ESPECIALISTAS EM ASPECTOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL RELATIVOS AO GÊNERO. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 19/08/2018.

DAVIS, Angela. *Mulher, Raça e Classe*. 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª. Edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ, Lélia. A democracia racial: uma militância. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/300311093/GONZALEZ-LELIA-A-Democracia-Racial-Uma-Militancia>>. Acesso em: 15/08/2018.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Raça, racismo e grupos de cor no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: n. 27, p. 45-63, 1995.

LIMA, S. T. C. e MIOTO, T. R. C. Ensaio: Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katál*. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 (2007).

MINAYO, Maria Cecília de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITICH, S. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

PORTO, Madge. O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Universidade Federal do Acre. Em: STEVENS, Cristina Stevens; OLIVEIRA, Susane; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane (orgs.) *Mulheres e violências: interseccionalidades / Organização*,-- Brasília, DF : Technopolitik, 2017 (E-book) Disponível em: <[https://docs.wixstatic.com/ugd/2ee9da\\_7655fb848516489fa7634659ebf497f2.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/2ee9da_7655fb848516489fa7634659ebf497f2.pdf)>.



QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. O NEGRO E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA. HAOL, Núm. 3 (Invierno, 2004), 73-82.

RAMOS, C. N.; GONZALES, Z. K. Interseccionalidade e saúde mental: um olhar para a raça e gênero [no caps] pelos caminhos do pensamento descolonial. Disponível em: <[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499470106\\_ARQUIVO\\_trabalho\\_fazendogenero.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499470106_ARQUIVO_trabalho_fazendogenero.pdf)>. Acesso em: 18/08/2018.

SANTOS, Vanessa de Santana. *Adesão e Trajetória das discentes negras do curso de Serviço Social da UFBA*. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Universidade Federal da Bahia, 2019...

SILVA, Maria Nilza da. O Negro do Brasil: Um Problema de Raça ou de Classe? *Revista Mediações*, Londrina, v.5, n.2, p. 99-124, jul./dez. 2000.

SOUSA, Charles Toniolo. *A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional*. *Emancipação*, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/viewFile/119/117>. Acesso em: 08/07/2018.

TAVARES, Márcia Santana; LISBOA, Teresa Kleba. *Feminismos e produção do conhecimento em serviço social*. Lisboa Vol.3, N.2 e 3, Maio - Dez. 2015.

ZANELLO, Valeska. A saúde mental sob o viés de gênero: uma releitura gendrada da epidemiologia, da semiologia e da interpretação diagnóstica. In: Zanello, V. & Andrade, A.P.M. (Orgs). *Saúde Mental e Gênero- Diálogos, Práticas e Interdisciplinaridade*. Curitiba: Appris, 2014, pp.41-58.